

POR UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA*

A grande questão do mundo contemporâneo já não é mais a de como administrar o capitalismo e nem a de apresentar o capitalismo de estado como uma alternativa. Qual é, então, a grande questão da atualidade? Hoje o importante é descobrir de que forma a autogestão se concretizará e como acelerar o processo histórico para que isso ocorra o mais rápido possível, evitando, assim, a miséria e a alienação que atinge e destrói milhões de vidas. Esta é, também, a razão de ser do *Movimento Conselhistas*, que doravante passa a se chamar *Movimento Socialista Libertário - MSL*. A Revista Ruptura nº 4 vem para discutir esta questão e todas as outras que lhe são derivadas.

O Movimento Socialista Libertário (ex-Movimento Conselhistas) depois de um período de ascensão (1992-1993) passou por um período difícil (1994) e agora começa um novo período de ascensão e expansão. Para reforçar esta tendência que começa a se realizar, o MSL vem planejando (e executando) o reforço de sua atuação nos movimentos sociais e algumas alterações estratégicas visando uma prática política mais intensiva e ofensiva. O crescimento numérico do grupo e os contatos com militantes de outros estados abrem espaço para a sua expansão a nível nacional. Duas alterações são bastante visíveis para as pessoas que conhecem o antigo Movimento Conselhistas, principalmente em Goiás, mas também no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá, Sergipe, Distrito Federal, etc. Estas alterações são a mudança de nome do grupo e a “nova fase” da Revista Ruptura.

A mudança do nome do grupo foi provocada pela inserção no movimento de massas que dificulta trabalhar com o nome “conselhistas”. Até os militantes políticos “bolcheviques” (leninistas, trotskistas, stalinistas), que defendem o “socialismo científico” e se julgam a “vanguarda avançada” da classe trabalhadora, desconhecem a corrente política chamada comunista conselhistas e também o fato histórico de que em todas as revoluções operárias houve a criação autônoma dos conselhos de fábrica, de bairros, etc., pelo proletariado. A grande massa dos trabalhadores, por sua vez, não tem acesso aos documentos e textos históricos que proporcionariam a

* Editorial da Revista Ruptura nº 4, lançada em janeiro de 1996.

consciência do significado do conselhismo e de sua relação com a autogestão. Os membros da classe trabalhadora que são vítimas da escolarização acabam sendo iludidos pela historiografia burguesa (e, também, em parte, pela historiografia produzida pela pseudoesquerda). Assim, a mudança de nome vem para facilitar a ligação orgânica do MSL com a classe trabalhadora.

Outra mudança ocorre através da Revista Ruptura. Neste número 4, a Revista Ruptura começa a sua transição para uma publicação voltada mais para a “análise concreta da situação concreta” (Lênin), para a elaboração de estratégias políticas, para o estudo dos movimentos sociais, para a análise marxista da conjuntura, etc. As grandes questões teóricas não serão de todo abandonadas, mas a partir deste número haverá a predominância dos temas mais imediatos da luta política.

A Revista Ruptura, nos seus três primeiros números, abordou questões fundamentais como a autogestão, a educação, a sociedade soviética, a tecnologia, a linguagem, a estratégia revolucionária, as eleições, os meios de comunicação de massas, o capitalismo mundial, o racismo, o trabalho, a mentalidade burguesa, a militância política, o fim da história, a questão camponesa, a solidão, etc. Estes números, sem dúvida, contribuíram com a formação política e o debate sobre questões importantes que são geralmente tratados do ponto de vista da direita e da pseudoesquerda. Portanto, torna-se necessário manter uma publicação que trabalhe com estas questões, já que a Revista Ruptura começa a articular um coletivo mais amplo visando publicar uma outra revista, de circulação nacional, que teria como eixo central a discussão em torno da autogestão.

A situação mundial e nacional mantém seu “equilíbrio instável”, que prefigura toda crise. O contexto histórico atual é marcado por uma situação que anuncia uma nova grande crise do modo de produção capitalista. O capital monopolista exerce amplo controle sobre o estado e assim busca controlar as economias nacionais de acordo com os seus interesses. É devido ao predomínio dos interesses do capital monopolista no estado, que este se retira de certos setores da economia e implanta a política chamada “neoliberal”. Esta política, entretanto, aumenta os conflitos sociais, já que o “bem-estar social” é relegado a segundo plano, e, além disso, torna

o capital mais vulnerável, pois a economia deixa de ser controlada pelo estado da forma rígida tal como era.

A Rússia e o Leste Europeu estão atravessando o período de transição do capitalismo de estado ao capitalismo privado, que ainda não revelou suas potencialidades revolucionárias, mas o desenvolvimento das lutas sociais e a situação mundial abrem amplas perspectivas neste sentido.

Enquanto isso, nas terras brasileiras, o bloco dominante continua combatendo o bloco reformista pelo controle político-ideológico da sociedade. Esta luta se manifesta na questão da revisão constitucional, onde o bloco dominante busca retirar vantagens para a classe capitalista através da alteração na constituição em pontos que se referem aos “benefícios sociais” e o bloco reformista busca manter a atual constituição tal como está, ou seja, adota uma política defensiva que nada tem a ver com a estratégia de classe do movimento operário, que busca articular lutas por conquistas imediatas com lutas visando a concretização da *revolução autogestionária*.

A perspectiva para os próximos meses é de ascensão das lutas sociais, pois até lá o plano real já deve mostrar a sua verdadeira face e juntamente com isso uma nova crise de legitimidade deve atingir o estado capitalista brasileiro. Além disso, a debilidade crescente do bloco reformista (PT, PC do B, etc.) poderá possibilitar uma autonomização da classe operária e a formação de uma verdadeira alternativa revolucionária. Por conseguinte, cabe ao Movimento Socialista Libertário adotar uma política ofensiva no sentido de colaborar com o desencadeamento da luta autônoma do proletariado.

A atividade política visando autonomizar os movimentos sociais, a articulação das forças revolucionárias, a elaboração de estratégias políticas, a construção e ampliação de meios alternativos de comunicação de massas, são algumas medidas que o MSL irá implementar a partir de agora. A Revista Ruptura, que apresentamos agora em seu quarto número, é um dos recursos que utilizaremos para realizar nossa tarefa.